



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO PODER LEGISLATIVO**

14ª LEGISLATURA - 56ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA SESSÃO ESPECIAL

SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO

REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2025.

Às dez horas e trinta minutos do dia três de setembro de dois mil e vinte e cinco, quarta- feira, realizou-se a **Sessão Especial da Quinquagésima Sexta Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura** da Câmara Municipal de Porto Velho, no Plenário Bohemundo Álvares Afonso, em sua sede própria, na Rua Belém, nº. 139, Embratel, nesta Capital, Estado de Rondônia, presidida pel Vereador Fernando Silva, e secretariada pelo Vereador Dr. Santana. Após cumprimentar os presentes, convidou para tomarem assento à Mesa de autoridades: Dr Eduardo Guimarães, **Defensor Público de Rondônia**; Taíama Souza, **Diretora do setor de Regularização Fundiária**; Dr. Alexandro Borges, **Procurador Fundiário da Procuradoria Geral do Município**; Luciana Rich, **Presidente do Bairro Porto Cristo**, Maurício Carvalho, **Deputado Federal**, e cumprimentou as demais autoridades e a população presente. Logo após, invocou a proteção de Deus e deu início à Sessão Especial. Posteriormente, convidou a todos para acompanharem, de pé, a execução do Hino Nacional. A seguir, fez-se a leitura da **ORDEM DO DIA**, que tratou de Audiência Pública com a finalidade de discutir sobre discutir sobre a **“Regularização Fundiária das áreas do Bairro Porto Cristo.”** Seguidamente, o presidente da audiência, vereador Fernando Silva, deu início aos trabalhos cumprimentando a mesa diretora, os vereadores presentes e, de forma especial, o deputado federal Maurício Carvalho, que mesmo com agenda cheia atendeu ao convite e compareceu à sessão. Agradeceu ainda aos moradores do bairro Porto Cristo e a todos os presentes, ressaltando que o debate buscava soluções não apenas para aquele bairro, mas também para outras áreas de Porto Velho que necessitam de regularização fundiária. Relatou que recentemente esteve no bairro Porto Cristo, onde constatou a existência de moradias consolidadas e bem estruturadas, e não apenas construções precárias, como muitas vezes é divulgado. Destacou que há risco iminente de reintegração de posse, o que preocupa a Câmara Municipal, e reafirmou o compromisso de atuar para evitar essa medida. Informou sobre reunião realizada no prédio do Relógio, com participação de lideranças comunitárias e vereadores, na qual foi confirmado que já existe conta específica para recebimento de recursos destinados à regularização, provenientes tanto da Câmara Municipal quanto da Assembleia Legislativa, deputados federais e senadores. Comunicou ainda que, segundo garantia do Secretário-Geral de Governo, a Procuradoria-Geral do Município passará a atuar nos autos e será realizado levantamento socioeconômico e fundiário da área, incluindo avaliação do valor da terra, a fim de viabilizar emendas parlamentares. O vereador ressaltou que os recursos que vierem serão destinados prioritariamente ao bairro Porto Cristo, enfatizando que não existe divisão por numeração (Porto Cristo 1, 2, 3), mas sim uma única comunidade. Explicou que será feito novo levantamento para incluir todas as residências que ficaram de fora do processo inicial do REURB. Reafirmou sua posição pessoal de apoiar integralmente a luta dos moradores,

colocando-se à disposição para participar de comissões e até mesmo de viagens a Brasília, caso necessário, a fim de buscar apoio da bancada federal e dos senadores para garantir segurança jurídica e evitar perdas de moradias. Destacou ainda que os recursos captados serão aplicados obedecendo ordem cronológica, contemplando inicialmente o bairro Porto Cristo e, posteriormente, outros como Terra Prometida, Cascalheira, Aparecida, Monte Sinai e Planalto. Por fim, reforçou que, com a atuação da Procuradoria-Geral do Município e o início dos levantamentos oficiais, já será possível adotar medidas jurídicas para tentar suspender a reintegração de posse, garantindo tempo para a busca dos recursos necessários. Reiterou sua disposição em apoiar os moradores, não apenas nas questões fundiárias, mas em todas as demandas da comunidade. Agora passo a palavra aos demais inscritos; Para fazer uso da palavra o **Vereador Marcos Combate**; O vereador Marcos Combate cumprimentou os presentes, em especial os líderes comunitários do bairro Porto Cristo, e ressaltou que já esteve na comunidade ouvindo e atendendo pedidos dos moradores. Destacou a importância da lei municipal de regularização fundiária, de autoria da vereadora Ellis Regina, e defendeu que, na aprovação da LOA, seja destinada uma porcentagem de recursos específicos para essa finalidade. Enfatizou que os moradores de Porto Cristo e de outros bairros vivem situações de incerteza com ações judiciais e risco de despejo, apesar de terem investido seus recursos na construção de suas casas. Relembrou que a Constituição garante a função social da propriedade, defendendo que o poder público deve garantir os meios para a regularização e indenização justa das terras. O vereador ressaltou a necessidade de diálogo, união de forças e compromisso político para assegurar o título definitivo aos moradores, e reafirmou que seu voto e apoio estão junto à comunidade. Finalizou parabenizando o vereador Fernando Silva pela condução da audiência e reiterando que a solução depende de esforço conjunto, diálogo e força política. Para fazer uso da palavra o **Vereador Dr. Breno Mendes**; O vereador Dr. Breno Mendes cumprimentou os presentes, agradecendo às autoridades, representantes da OAB, líderes comunitários e, em especial, à população do bairro Porto Cristo. Ressaltou que a moradia é um direito fundamental e que a regularização fundiária deve ser tratada com seriedade, sem politicagem. Informou que, em conjunto com outros vereadores, buscou diálogo com o secretário-geral do Governo Municipal e que ficou pactuado o levantamento da área e a inclusão do Porto Cristo no georreferenciamento. Destacou ainda a necessidade de atuação da Procuradoria-Geral do Município, da SGG e da Câmara Municipal junto ao Tribunal de Justiça para buscar conciliação e suspensão da reintegração de posse. Defendeu a articulação com a bancada federal, por meio de ofícios e audiências públicas, para garantir que deputados e senadores destinem recursos ao fundo específico para regularização, permitindo negociações com os proprietários das terras e assegurando segurança jurídica aos moradores. Reforçou que a solução depende da união entre vereadores, Executivo Municipal, Assembleia Legislativa, deputados federais e senadores, e que todos precisam aportar recursos para viabilizar a regularização. Finalizou destacando que conhece de perto a realidade dos moradores, pois também viveu em área de ocupação com sua família, reiterando seu compromisso de trabalhar com responsabilidade, diálogo e verdade, em defesa do direito à moradia. Para fazer uso da palavra o **Deputado Federal Maurício Carvalho**; O deputado cumprimentou os presentes, em especial os servidores da Câmara Municipal, destacando a importância do aprendizado adquirido quando presidiu a Casa em seu primeiro mandato como vereador. Agradeceu à vereadora Ellis Regina, ao vereador Márcio Pacele, ao vereador Santana e a todos que caminharam junto com ele em diversos projetos, reforçando laços de amizade, respeito e cooperação. Parabenizou também servidores e representantes técnicos pelo trabalho e lembrou que a regularização fundiária foi uma das prioridades do mandato da ex-deputada Mariana Carvalho, ressaltando que nenhuma obra significativa pode avançar sem que a cidade esteja regularizada. Explicou que, recentemente, foi aberto o fundo

específico para esse fim, e que a partir disso será possível discutir valores e aportes de recursos com maior clareza. Pontuou que a regularização fundiária depende de uma ação conjunta: Executivo Municipal, Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa, bancada federal e órgãos de controle, todos atuando de forma articulada. Defendeu que não se trata de responsabilidade isolada de um poder ou de um mandato, mas sim de uma prioridade coletiva que exige união, planejamento e definição de valores concretos para negociação com os proprietários das áreas. Reafirmou que está à disposição da população e da cidade de Porto Velho, pronto para contribuir com recursos, diálogo e articulação política. Ressaltou que a bancada federal está comprometida e que, em novembro, será feita a reunião de bancada para discutir as emendas destinadas ao município. Finalizou agradecendo o convite para participar da audiência, reiterando seu compromisso com a população, e reforçando que, acima de disputas políticas, Porto Velho deve estar em primeiro lugar. Para fazer uso da palavra o **Vereador Nilton Souza**; Nilton Souza cumprimentou a mesa, lideranças comunitárias, população presente e servidores, destacando a importância da audiência pública como espaço de debate e encaminhamentos. Ressaltou que o direito à moradia e à regularização fundiária é uma obrigação do município, do estado e da União, não sendo um favor. Recordou sua trajetória de luta junto às comunidades e reforçou que o dinheiro público deve retornar em forma de benefícios à população. Reconheceu avanços no tema e afirmou que espera que, após a audiência, as medidas necessárias sejam efetivadas. Finalizou colocando-se à disposição da comunidade e agradecendo a todos. Para fazer uso da palavra a **Vereadora Ellis Regina**; A vereadora cumprimentou autoridades, lideranças comunitárias e moradores presentes, destacando sua trajetória política e as dificuldades enfrentadas para manter atuação partidária. Ressaltou a importância das amizades construídas na vida pública e reconheceu a contribuição do deputado federal Maurício Carvalho na tramitação de projetos de regularização fundiária. Enfatizou que uma audiência pública deve servir para apresentar propostas concretas e não apenas debates sem resultado. Relembrou o histórico do projeto que envolve os bairros Porto Cristo, Planalto, Cascalheira, Terra Prometida e outros, citando que já existe levantamento de custo da área do Porto Cristo em cerca de R\$ 5 milhões. Defendeu que a solução passa pela criação da comissão prevista em lei, pela união dos 23 vereadores destinando emendas de R\$ 210 mil cada, e pelo apoio da bancada federal e estadual. Argumentou que isso permitiria quitar os terrenos do Porto Cristo e avançar na regularização de outros bairros incluídos no projeto. Ellis afirmou que não se pode brincar com o sentimento das famílias que correm risco de perder suas casas e que sua luta é em defesa do povo, independente de votos futuros. Concluiu propondo que a comissão seja formalizada imediatamente, que o município use os levantamentos já existentes e que toda a documentação seja protocolada no judiciário para suspender reintegrações enquanto as negociações avançam. Para fazer uso da palavra o **Vereador Dr. Santana**; em seu pronunciamento, o vereador expressou sua solidariedade aos moradores de Porto Cristo e outros bairros, reforçando seu compromisso em ajudá-los com emendas e outras necessidades. Ele ressaltou a importância da presença de representantes da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária (Semur) e do defensor público para fornecer as informações e orientações necessárias. O vereador informou que a Câmara de Porto Velho se habilitou na terceira vara, junto à juíza, para suspender a reintegração de posse na ocasião. Ele sugeriu que essa mesma estratégia seja utilizada em outras situações, com a participação da prefeitura. Dr. Santana propôs a realização de um levantamento do valor venal da área para dar continuidade ao processo de regularização. Ele convidou o vereador Fernando Silva a acionar o presidente da Assembleia Legislativa, Alex Redano, e demais deputados estaduais, para que ajudem financeiramente na causa. Ele destacou que a questão da moradia é séria, pois sabe o que é a humilhação de viver de aluguel ou de favor. Finalizou sua fala reforçando a urgência da situação para Porto Velho e para os

bairros em questão, que precisam de regularização. Para fazer uso da palavra o senhor **Laécio do Bairro Planalto**; O senhor Laécio, iniciou sua fala agradecendo a Deus e cumprimentando os presentes, especialmente a vereadora Ellis Regina, a quem se referiu como madrinha de sua comunidade. Ele parabenizou o vereador Fernando Silva pela audiência pública, lamentando não ter tido tempo de mobilizar sua comunidade para participar. Ele relatou que o Bairro Planalto, assim como o Porto Cristo, foi criado a partir de ocupações e já enfrentou 12 reintegrações de posse. Ele informou que uma parte do bairro, 28 hectares, está em processo de regularização. O presidente citou o caso do lote 109a, que foi obtido por uma imobiliária de forma irregular, mas que, com a ajuda de advogados, a comunidade conseguiu a posse. O senhor Laécio mencionou que ainda existem problemas no bairro, como a questão da carta de aforamento e a quadra 100. Ele lamentou a politização da questão e sugeriu que os vereadores se unissem para disponibilizar emendas parlamentares para ajudar as comunidades, seguindo o exemplo da vereadora Ellis Regina. Em um tom mais contundente, ele defendeu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das terras públicas. Ele citou o exemplo de 25 hectares da União, que passaram para o município de Porto Velho e foram vendidos a um funcionário público. Ele criticou a decisão da Procuradoria-Geral do Município (PGM) de dar um parecer favorável à empresa em vez de garantir a terra para o município, deixando 200 famílias em risco. Ele finalizou seu pronunciamento reforçando a importância de uma CPI para investigar a apropriação de terras públicas por grandes latifundiários. Para fazer uso da palavra **Luciana do Porto Cristo**; A moradora Luciana, do bairro Porto Cristo, iniciou sua fala cumprimentando os presentes, especialmente os moradores, e agradeceu o vereador Fernando Silva por abraçar a causa da comunidade. Ela criticou o fato de as audiências públicas sobre o tema serem realizadas anualmente, sem que haja uma resolução definitiva para o problema da regularização fundiária. Luciana afirmou que há muita politicagem em torno do assunto e que as lideranças que não lutaram pela comunidade agora se apresentam como defensores. Ela elogiou a vereadora Ellis Regina por sua atuação. Em um momento de maior desabafo, ela questionou a ausência do secretário Raimundo Alencar na audiência, afirmando que a comunidade o queria presente. Ela cobrou um posicionamento do prefeito Léo Moraes, a quem acusou de fazer promessas de campanha que não foram cumpridas, e disse que a regularização fundiária não é responsabilidade apenas dos vereadores. Luciana criticou a falta de união entre as autoridades, afirmando que se cada um fizesse um pouco, o problema seria resolvido. Ela fez um apelo para que a luta pela regularização fundiária se estenda a outros bairros, como o Monte Sinai, Cascalheira e Tucumanzal. Luciana concluiu sua fala agradecendo o vereador Santana pelo apoio em gestões anteriores e reforçou que as lideranças devem cobrar o apoio de seus representantes políticos. Para fazer uso da palavra Defensor Público **Eduardo Guimarães**; Eduardo Guimarães iniciou sua fala cumprimentando o vereador Fernando Silva pela iniciativa da audiência pública e estendeu os cumprimentos aos demais vereadores e autoridades presentes, incluindo o deputado federal Maurício Carvalho e a conselheira federal da OAB, Vitória Giovana. O defensor explicou que sua intervenção se concentraria no bairro Porto Cristo, que, apesar de outros bairros enfrentarem problemas semelhantes, era o foco da audiência. Ele informou que a situação da área do Porto Cristo é tratada em três processos judiciais e dois processos administrativos. Ele esclareceu que, apesar de uma decisão de reintegração de posse já ter sido emitida, não há um risco imediato para os moradores. Isso se deve a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito da ADPF 828, que exige um fluxo específico para reintegrações de posse. Esse fluxo, detalhado nas resoluções 510 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e 10 do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), determina a realização de audiências de conciliação e a apresentação de um plano de realocação para evitar que as famílias fiquem em situação de rua. O defensor informou que, em relação ao processo que

tramita na 6ª Vara Cível, a juíza não observou as determinações do STF e do CNJ em sua decisão de reintegração. A Defensoria Pública apresentou embargos de declaração para questionar essa omissão e solicitou a suspensão da ordem. Ele expressou sua confiança de que a juíza reverterá a decisão após o prazo de manifestação do Ministério Público, que termina no dia 19. No pior cenário, caso a decisão seja mantida, a Defensoria recorrerá diretamente ao STF por meio de uma reclamação constitucional. Para finalizar, o Dr. Eduardo Guimarães tranquilizou a comunidade, garantindo que o direito à moradia está protegido por decisões judiciais superiores e reforçou que a Defensoria Pública está à disposição para atuar em todas as demandas que coloquem em risco a segurança da moradia da população de Porto Velho. Ele ainda sugeriu que a Câmara Municipal oficie os processos judiciais para informar que a Prefeitura está buscando a regularização das áreas afetadas. Para fazer uso da palavra **Dr. Ruslan Magalhães** do Conselho da Agricultura; O Sr. Ruslan Magalhães, iniciou sua fala expressando sua insatisfação com o baixo número de vereadores presentes e a ausência do presidente da Câmara, classificando o fato como uma "falta de respeito". Ele parabenizou o vereador Fernando Silva pela iniciativa da audiência e colocou-se à disposição para ajudar a comunidade dentro da legalidade. Ele destacou que há recursos disponíveis para a regularização fundiária nas esferas municipal, estadual e federal. Como exemplo, citou sua experiência no Conselho da Agricultura, onde ajudou a conseguir emendas parlamentares para a Secretaria de Agricultura, mas lamentou que os projetos necessários para utilizá-las não foram feitos, resultando na perda dos recursos. Ele propôs a criação de uma comissão envolvendo a Câmara Municipal e órgãos competentes para elaborar um projeto que permita angariar fundos para comprar as terras e resolver o problema habitacional, evitando novas ocupações. O orador criticou a ausência do prefeito, que, segundo ele, também deveria estar presente. Ele fez um apelo para que a questão não se resuma a ataques a gestões passadas, mas sim a uma união de esforços para resolver a situação atual. Por fim, o Sr. Ruslan criticou o uso ineficiente de recursos públicos em obras de infraestrutura, citando o asfalto de má qualidade no bairro Mariana como um exemplo de dinheiro "jogado fora". Ele concluiu sua fala oferecendo sua ajuda como perito e corretor para realizar uma avaliação justa das terras, sem superfaturamento, e reafirmou seu apoio para que a regularização seja feita de forma transparente e legal. Para fazer uso da palavra a senhora **Elzilene Nascimento, presidente** da Central Única dos Trabalhadores (CUT); A sra. Elzilene, presidente, começou sua fala agradecendo o vereador Fernando Silva pela audiência, mas fez um apelo para que, nas próximas ocasiões, o foco seja mantido na solução prática dos problemas e não em "politicagem". Ela lembrou que esteve presente quando os moradores do Porto Cristo estavam acampados e que precisou intervir para que fossem recebidos por autoridades. Ela lamentou que a discussão da audiência tenha sido desviada, focando em questões políticas em vez da urgência da situação dos moradores, que estão prestes a perder suas casas. A sra. Elzilene afirmou que a parte técnica e jurídica deve ser discutida em comissões específicas e que o momento da audiência pública é para apresentar soluções concretas. Ela criticou a lentidão do processo, enfatizando que a polícia age de forma brutal durante os despejos. A presidente da CUT cobrou que os vereadores destinem emendas parlamentares para a regularização e que busquem apoio nas esferas estadual e federal. Ela responsabilizou o prefeito Léo Moraes pela situação, dirigindo-se ao vereador Breno, líder do prefeito na Casa, e pediu que ele leve a cobrança para que o problema seja resolvido. Elzilene disse não ter cargo comissionado e que representa os trabalhadores rurais. Ela reforçou que os moradores, que são pais e mães de família, geram renda para o município e pagam os salários dos políticos, e que merecem respeito e dignidade. A sra. Elzilene finalizou sua fala com um aviso: se a situação não for resolvida, a CUT apoiará a população em manifestações, como o fechamento de rodovias e ocupações na prefeitura, garantindo que os manifestantes não ficarão com fome, pois levarão

comida e água. Para fazer uso da palavra a senhora **Ieda Logan**, presidente da Associação de Moradores do Bairro Cascalheira (Asmon); Ieda iniciou seu pronunciamento relembando a luta da comunidade, ao lado dos moradores do Porto Cristo e de Luciana, pela aprovação do projeto de regularização fundiária. Ela enfatizou que a população agora exige o cumprimento da lei aprovada pela Câmara Municipal, que foi criada na gestão anterior. Ela questionou o destino de milhões de reais que, segundo ela, foram pagos pelo cascalho retirado do bairro Cascalheira pela Secretaria Municipal de Obras (Semob), mas que não retornaram em benefício para a comunidade. A presidente da Asmon pediu a execução imediata do projeto de regularização para o bairro Cascalheira. Ela finalizou solicitando que seja feito o levantamento necessário para que a comunidade não continue em situação de indefinição. Para fazer uso da palavra a senhora **Rosângela**; Rosangela iniciou sua fala observando que, em todas as discussões, não foi mencionada a atuação do Conselho da Cidade, um instrumento que, segundo ela, é deliberativo e precisa trabalhar em conjunto com a Câmara Municipal. Ela também criticou a falta de atenção ao Plano Diretor do Município e ao Estatuto da Cidade, que deveriam ser a base para a regularização fundiária. Ela alertou sobre a urgência da situação dos moradores do Porto Cristo, enfatizando que os processos judiciais já foram transitados em julgado e que, se não houver uma ação até o dia 19, o despejo pode acontecer. Rosangela propôs que a Câmara, junto com a Prefeitura e a Procuradoria-Geral do Município (PGM), entre com um documento para suspender a ação judicial, garantindo prazo para a comunidade. A sra. Rosangela destacou que, além de ser necessário a aplicação do REURB, as comunidades precisam ser transformadas em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Ela lamentou que o Estatuto da Cidade não seja aplicado em Porto Velho e que a regularização seja feita com base em leis ambientais. Ela também questionou a composição da Comissão de Conflitos Fundiários do Município, que foi criada, mas, segundo ela, é desconhecida pela sociedade civil, que gostaria de fazer parte dela. Por fim, a sra. Rosangela ressaltou que a população precisa ter um senso de pertencimento e que a prefeitura tem recursos, como os royalties das usinas, para resolver a situação e evitar o despejo das famílias. Ela concluiu sua fala desejando que, nos próximos 60 dias, os moradores possam dormir tranquilos, sentindo que "pertencem a este lugar". Para fazer uso da palavra a senhora **Márcia**; iniciou sua fala parabenizando os três vereadores que permaneceram na audiência, destacando que a presença deles demonstra responsabilidade. Ela criticou a ausência dos demais, insinuando que, se fosse para discutir aumento de salário, todos estariam presentes. Ela questionou o destino dos R\$ 334 milhões que a gestão passada teria deixado para a atual, sugerindo que a falta de solução para o problema não se deve à escassez de recursos. Márcia também elogiou o vereador Breno pela coragem de estar presente e receber as críticas. Por fim, a oradora demonstrou sua indignação com a fala de um deputado federal que teria dito que não precisa de ofícios ou documentos, o que ela considera um tapa na cara das lideranças comunitárias. Ela expressou sua preocupação com a validade dos títulos de propriedade. Para finalizar fez o uso da palavra o **Presidente desta Sessão, Vereador Fernando Silva**; O proponente agradeceu a presença de todos que permaneceram até o final da audiência, destacando o apoio do vereador Dr. Breno Mendes, que desde o início se prontificou a buscar soluções, agendando reuniões e acompanhando de perto o problema. Também registrou agradecimentos à vereadora Ellis Regina, aos demais vereadores presentes e à comunidade. Ressaltou que o objetivo principal é encontrar caminhos viáveis para a regularização fundiária, reconhecendo que embates são naturais, mas reafirmando a disposição de somar forças e colaborar com todos. Informou ainda que, conforme combinado, os trâmites seguirão com a criação de comissões, e que já na próxima semana haverá novidades sobre os encaminhamentos. Na sequência, ao encerrar a audiência, fez questão de registrar que o secretário da SEMUR, Raimundo Alencar, foi convidado para estar presente, mas não

compareceu, enviando apenas um representante. Diante disso, deixou publicamente a pergunta para que o secretário responda posteriormente, seja por meio de ofício, mensagem ou qualquer outro meio. A questão levantada foi a seguinte: considerando que os moradores do Bairro Porto Cristo foram contemplados com a regularização fundiária pelo REURB, através da Lei nº 994 de 2024, a desapropriação de imóveis já regularizados por esta lei não configuraria uma ação contraditória e ilegal por parte do município? Concluiu destacando que a regularização fundiária do Bairro Porto Cristo não é apenas um ato jurídico ou administrativo, mas sim um compromisso social. É garantir dignidade, segurança e cidadania a cada morador, reconhecendo seu direito de pertencer e construir sua história nesse território. A audiência foi um passo fundamental para ouvir, debater e construir juntos soluções que tragam mais justiça e desenvolvimento para a comunidade. Muito obrigado. Nada mais havendo a tratar, invocou a proteção de Deus, e encerrou a **Sessão Especial** às quatorze horas e dez minutos. O inteiro teor da Sessão foi gravado, e os arquivos de áudios, farão parte deste documento. E, para constar, a presente ata, que, aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação.



Assinado por **Francisco Gedeão Bessa Holanda De Negreiros** - - Em: 08/09/2025, 10:55:30